

Ato relembra resistência à Ditadura

O ato público “40 anos do golpe militar (1964-2004) — o ataque à Universidade Pública da ditadura militar aos dias de hoje”, realizado no dia 1º/4 no Anfiteatro Camargo Guarnieri, da USP, reuniu mais de 300 pessoas e contou com a presença do ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio, da professora Carolina Bori, presidenta de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e do professor Michel Pinkus Rabinovich, da Escola Paulista de Medicina e da jornalista Beatriz Elias. No ato organizado pela Adusp, Fórum das Seis e DCEs da USP, Unicamp e Unesp foi lançada a reedição do livro “O controle ideológico na USP (1964-1978)”.

Ao abrir os trabalhos, o professor Américo Kerr, presidente da Adusp, declarou que há 40 anos, no 1º de abril, “pregou-se uma mentira” para o povo brasileiro: “Tivemos um golpe militar e disseram que era uma revolução. Que trouxe muita violência: cassações, prisões, aposentadorias compulsórias, torturas”.

O professor Milton Vieira Jr., coordenador do Fórum das Seis, lembrou que o período anterior ao golpe foi dos mais férteis da história da educação brasileira. “Neste período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação, por suas realizações. Entre eles podemos destacar Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima. Depois do golpe de 1964, muitos desses passaram a ser perseguidos em razão de posicionamentos ideológicos”.

O regime militar, afirmou o coordenador do Fórum das Seis, imprimiu à educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo. “Professores foram presos e demitidos, universidades

foram invadidas, estudantes foram presos e feridos no confronto com a polícia. E alguns foram mortos. Os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibi-



Professor Milton

da de funcionar. O decreto-lei 477 calou a boca dos alunos e professores. Esta era a prática do regime militar”.

Ainda que a ditadura tenha sido derrotada, acrescentou o professor, ela deixou “filhotes”. Ele citou como exemplo a atitude do reitor da Unesp em 2002, José Carlos Trindade, que para garantir a aprovação da sua proposta de expansão, rejeitada pela comunidade universitária, transferiu a reunião do Conselho Universitário para o campus de Araçatuba e convocou a Polícia Militar para reprimir



Fotos: Daniel Garcia

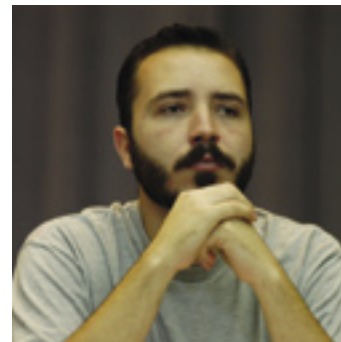
O ato reuniu mais de 300 pessoas, principalmente estudantes

o protesto dos estudantes. “Temos que manter vivo o espírito de combate a qualquer resquício da ditadura militar. Dentro das universidades, esse combate é diário”, concluiu.

Carlos Henrique, do DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, da USP, e que falou como representante também dos DCEs da Unicamp e Unesp, observou que a repressão ao movimento estudantil foi violenta desde o início. “No primeiro dia do golpe a UNE já é invadida, em 1964 e 1965 você tem duas ocupações na UnB, e de 1964 a 1969 você tem pelo menos três dispositivos legais que a ditadura cria para tentar inibir e ampliar o controle sobre as entidades representativas dos estudantes. Num primeiro momento ele cria uma estrutura paralela, os diretórios nacionais e estaduais para tentar esvaziar a UNE. Mas isso não vai para frente e a UNE acaba sendo considerada ilegal, realizando vários congressos a partir de 1967 na ilegalidade”.

Carlos Henrique afirmou que algumas das estruturas

repressivas citadas continuaram em atividade até recentemente. “Hoje a gente ainda tem vários exemplos de perseguição política”, disse,



Carlos Henrique, DCE-USP

relatando que há mais de uma dezena desses casos no país, relacionado, por exemplo, à resistência a aumentos de preço do bandeirão ou à luta por garantia de moradia escolar. “Aqui na USP mesmo, o caso das fundações é exemplar: um dispositivo no Estatuto, o regime disciplinar de 1971, continua sendo aplicado para punir pessoas envolvidas no processo de reivindicações universitárias”.

Reforma universitária

O vice-presidente do Andes-SN, professor José

Domingues de Godoi Filho, após lembrar o nome de Honestino Guimarães, da UnB, como um dos líderes estudantis assassinados pela ditadura, assinalou que as décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo início de uma ampla reestruturação do sistema capitalista mundial, a qual teve impacto na universidade. “A reforma de 1967 da universidade brasileira é uma reforma atravessada na goela de todos nós”, disse, acrescentando que no mesmo momento explicitava-se “a guerra pela energia e pelos recursos naturais do planeta”, e os Estados Unidos impunham uma Lei de Patentes ao GATT, predecessor da Organização Mundial de Comércio (OMC). “Nós estamos num espaço onde se constrói conhecimento, e o conhecimento estava sendo negociado, definido, amarrado para que o capital pudesse ter controle sobre seus interesses na ponta”.

O Andes-SN, explicou ele, foi criado no início dos anos 80, “com uma proposta clara e explícita de construção de uma universidade pública,

“O poder nobiliárquico que controla a USP tem raízes no estatuto de 1970”

gratuita, democrática e de qualidade no país”. O professor definiu o Andes-SN como entidade autônoma e independente de partidos e administrações. “Estamos pagando caro por isso, por conta da movimentação que fizemos no ano passado e que vamos continuar fazendo, defendendo explicitamente verbas públicas para escolas públicas”.



Professor Domingues

“Que temos à frente? Uma reforma universitária que está sendo proposta articulada com a reforma do trabalho, com a reforma da organização das entidades do mundo do trabalho, com a imposição e manutenção de uma lei de patentes que é perniciosa ao país, com o anúncio de uma política industrial que é um absurdo total”. Para o vice-presidente do Andes, a reforma está sendo feita em fatias, e com um simulacro de discussões. “Temos a obrigação, até para honrar a memória e a luta desses companheiros nos últimos 40 anos, de marcar uma linha de definição para dizer: daqui para lá não dá para passar. Temos que deixar clara nossa posição em defesa de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade, e de verbas públicas exclusivamente para escolas públicas”.

Lançamento do livro

Na sua exposição, o professor Américo Kerr, ao destacar as razões do lançamento do livro *O controle ideológico na USP (1964-1978)*, comentou

que o golpe encontrou cúmplices no interior da estrutura universitária. “O ataque à universidade foi duro, e contou rapidamente com o apoio dos conservadores dentro dela. Esses conservadores aderiram rapidamente ao golpe e passaram a fazer perseguição aos militantes de esquerda dentro da universidade, fossem estudantes, professores, funcionários”. Apesar disso, disse, até 1968 o movimento foi se reerguendo, principalmente o movimento estudantil, que combatia a ditadura militar e se organizava na luta pelos excedentes. “Nós tínhamos as comissões paritárias, formou-se uma proposta de estatuto democrático para essa universidade, rompendo inclusive com a estrutura de feudos”.

O presidente da Adusp lembrou que Gama e Silva, o reitor, embora “eleito numa aliança por um processo reformista dentro da universidade, para romper com a cátedra vitalícia, uma estrutura de poder nobiliárquica,



Beatriz Elias

extremamente autoritária, e aquela estrutura de agrupamento de instituições que a USP era naquela época”, juntou-se à ditadura, tornando-se ministro da justiça. “Mas se manteve como reitor e o que se escolhia aqui eram vice-reitores. Apesar disso Hélio Lourenço de Oliveira, durante 1968, articulou esse processo de reformas. No início de 1969, quando estava sendo discutida essa reforma no Conselho Universitário, a partir do AI-5, saem os decretos de cassação, cassando

os docentes envolvidos, e isso arreventou com o processo de reforma”, enfatizou.

“O poder nobiliárquico que controla essa universidade hoje tem raízes profundas nas velhas oligarquias que compuseram a USP e depois no Estatuto que se formou no período de Emilio Garrastazu Medici, sob a batuta de Gama e Silva e Buzaid”, concluiu o professor Kerr. “A reforma de 1988 preservou tudo que veio do estatuto de 1970 no que diz respeito à essência de princípios de poder aqui dentro. A democratização que houve no país a partir da Constituinte de 1988 não chegou à USP, nem a Lei de Diretrizes e Bases”.

História incompleta

A jornalista e pesquisadora Beatriz Elias, autora de matérias premiadas publicadas pela *Revista Adusp* em 1998, manifestou sua convicção de que os arquivos do DOPS sinalizam uma responsabilidade muito grande da própria universidade: “contar-se a história da USP, com as suas festas dos 70 anos, sem se conhecer parte da documentação que está ali, é um olhar muito enviesado”. Segundo Beatriz, ao mesmo tempo em que, “nas lembranças dos 40 anos do golpe, recupera-se muito do que aconteceu através dos relatos orais — as pessoas que viveram o golpe conseguem olhá-lo e analisá-lo com outra profundidade —, há muito a necessidade de se valorizar uma documentação que ainda é desconhecida”.

A jornalista referiu-se ao sistema de informantes montado na USP pelo regime militar, e comentou em detalhes algumas das operações da repressão contra congressos da SBPC e da UNE. Em 1982, relatou, a chamada “Operação Pira”, realizada para monitorar um congresso da UNE em Piracicaba, envolveu mais de 150

agentes, que processavam três boletins diários enviados a todos os órgãos de inteligência da ditadura.

O professor Michel Pinkus Rabinovitch falou em seguida, recordando, com bom humor, passagens dos sobressaltos que viveu durante a ditadura. “Em 1964 a gente sabia que na Faculdade de Medicina tinha um grupo de direita. Entrei lá em 1949. Havia um racismo evidente na Faculdade de Medicina, os professores eram todos de origem bem comprovada de 400 anos, ou pelo menos 200. As cátedras eram escolhidas de maneira até independente do que faziam, e de vez em quando trocavam de cátedra. As minorias tiveram problema para se instalar, fazer livre-docência em medicina”.



Professor Pinkus

Ele lembrou que fazia parte do grupo de esquerda, que agregava todo tipo de correntes. “Nós éramos aquele grupo que tentava trazer gente boa para a Faculdade, professores que tinham qualidade científica e não nome. Foi assim que teve um concurso famoso lá, do Maurício Rocha e Silva, que talvez fosse um dos maiores cientistas do Brasil, e ele não ganhou. Depois disso, no concurso seguinte, que era do Alberto Carvalho da Silva, a gente decidiu evitar que essa coisa acontecesse. Nós fizemos um grupo que seguiu o secretário da Faculdade, para evitar que ele passasse os pontos ou coisa que o valha para o outro can-

didato. Isso foi antes de 1964, e naturalmente a vingança apareceu. Esses problemas se refletiram no que houve de perseguição depois”.



Professora Carolina Bori

“No dia 1º de abril eu virei professor em Brasília, e não cheguei a ir lá. Eu saí correndo da reunião da SBPC que foi em Ribeirão Preto, mas eles iam me procurar lá. Meu estudante naquele tempo era Tomas Maak, que estava na cadeia junto com Luiz Hildebrando. O Maak tinha escrito uma comunicação para a SBPC, e eu fui lá e disse: estou apresentando o trabalho do Maak porque ele está preso. Foi uma oportunidade única na minha vida de dizer uma coisa dessas, apresentar um trabalho de um estudante preso”.

Ditadura versus SBPC

A professora Carolina Bori abordou em detalhes, em sua exposição, a tentativa do regime militar de impedir a realização da 29ª Reunião Anual da SBPC, em 1977. Esse, explicou ela, não foi seu primeiro entreencontro com a ditadura. “Fui um dos professores que pediram demissão da UnB, depois de ter participado durante três anos da coordenação que discutiu o projeto da universidade. Fomos impedidos de continuar o projeto dessa universidade pública e implantá-lo no país”.

De acordo com a professora, o episódio foi muito

significativo. “Esse fato ilustra maneiras de atuar do governo militar, a estratégia, as mentiras, e como se procurou controlar até uma sociedade científica, que já vinha desenvolvendo uma ação no Brasil desde 1946”.

A 29ª Reunião Anual seria realizada em Fortaleza e contaria, para sua realização,



Professor Américo Kerr

com uma verba do então Ministério da Educação e Cultura. No entanto, aparentemente por iniciativa das autoridades militares do Ceará, o governo decidiu retirar o apoio financeiro e sugeriu o cancelamento da 29ª Reunião, quando mais de 3.000 pessoas já haviam feito suas inscrições, reservas de passagens e de hotéis.

Apesar das pressões do governo, a SBPC, então presidida pelo professor Oscar Sala e secretariada pela professora Carolina Bori, conseguiu realizar com êxito a 29ª Reunião, depois que obteve o apoio do cardeal Paulo Arns para que a PUC-SP sediasse o encontro.

Plínio de Arruda Sampaio, que era deputado federal em 1964 e foi deputado federal constituinte em 1988, destacou a importância de os jovens conhecerem a história do país. “Quem desconhece a história não conhece o presente. É por isso que os dominadores fazem tanta questão de falsear a história, de esconder e tirar da memória das pessoas. Esta arqueologia das lutas é fundamental, para que vocês possam se situar na realidade que estão vivendo”.

Ele afirmou que a cisão provocada na sociedade pelo golpe militar ainda não foi desfeita. “Posso assegurar

que foi em 1º de abril”, disse Plínio referindo-se à controvérsia sobre a data do golpe, “porque eu era deputado, nós fomos convocados para a sessão às 10 horas. Mas a hora fatídica em que o senador Auro de Moura Andrade levantou e disse: ‘Comunico à casa que o Presidente da República está fora do país e convido o presidente Ranieri Mazzili a ocupar a Presidência’, esta hora trágica era uma e meia da manhã. De modo que foi uma mentira, uma falsidade”.

Plínio destacou o fato de que os projetos políticos em disputa na sociedade brasileira viveram um momento crítico em 1954, quando o imperialismo e a direita derrubaram Getúlio Vargas. “Esse golpe só não foi dado em 1954 porque o Getúlio, com o tiro em seu coração, levantou a massa”, disse. Para ele, o que estava em jogo era o comando da segunda etapa da industrialização brasileira. “Quem comanda, o capital nacional ou o capital estrangeiro? Quem vai dirigir a transformação da sociedade brasileira?” Ele estabeleceu uma distinção entre o segundo Vargas, “um homem resoluto”, e o primeiro, “que não sabe se é um homem do patriciado gaúcho ou da massa popular que o adorava”.

A conspiração da direita, porém, continuou, ao mesmo tempo em que operários e camponeses se organizavam e saíam às ruas. “Todo problema que a gente não resolve, complica. Em 1961, estava no auge. Você já tinha massa na rua, tinha que dar o salto. E nessa hora, começa a haver uma agitação camponesa, pela primeira vez no Brasil. Isso assustou essa elite reacionária de uma maneira fantástica. Essa elite reacionária tem pavor do povo, pavor psicológico. A burguesia quando chega à noite pensa assim: meu Deus do céu, se o povo fizer comigo o que eu faço com ele, estou perdido”.

Plínio destacou o fato de que o povo brasileiro resistiu à ditadura e de que, nos dias de hoje, prossegue a luta pe-

la afirmação da soberania do Brasil e por sua constituição enquanto nação autônoma.

Mensagem de D. Paulo

Convidado a participar do evento mas impossibilitado de comparecer, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, enviou mensagem aos participantes do ato público. Nela, recordou o ano de 1973, quando realizou, na Catedral da Sé, uma celebração em memória do estudante Alexandre Vannucchi Leme, assassinado pela ditadura, e tornou pública a ação dos estudantes da USP contra o regime. “Foi certamente o momento crucial para uma ação aberta, corajosa e digna da Universidade de São Paulo em favor do restabelecimento de um regime de normal de governo”.

Luiz Hildebrando Pereira, docente afastado da USP em 1969 pelo AI-5, que também não pôde estar presente, enviou suas impressões sobre o período e destacou que “a trajetória profissional e científica, anterior e posterior à sua eliminação da Universidade de São Paulo, dos professores afastados, diz por si só, da perda que significou para o país o longo afastamento, em vários casos definitivo, desses nossos ilustres colegas. Que o nome deles seja, nessa data, lembrado e honrado como testemunho de coragem e coerência na defesa dos ide-

ais democráticos e de justiça social”.

“Jamais poderemos deixar que aquilo se repita. A ditadura atualizou de forma poderosa todos os estigmas da formação brasileira, roubando a gerações a oportunidade de viverem e construir uma sociedade mais justa e mais igualitária. É preciso revoar essa praga. A universidade pública é o lugar para isso e pode ser um instrumento poderoso para recuperarmos a capacidade de autogovernarmos-nos”, disse em outra mensagem o professor Francisco de Oliveira, que não pôde participar por força de compromissos anteriores.

O professor Fábio Konder Comparato, da Faculdade de Direito, enviou texto sobre a questão da anistia. “O efeito mais repugnante do período de regime militar não foi, ousar dizer, o acúmulo impressionante de assassinios, desaparecimentos forçados, torturas, estupros e violências de toda ordem, praticadas durante vinte anos, por agentes civis públicos e militares, como política oficial do governo. Foi a completa ausência de punição de que têm gozado os autores de tais crimes até hoje”, afirma ele.

Também foram lidos no ato trechos de trabalho do professor João Quartim de Moraes, intitulado “Do golpe à ditadura: rumo ao Estado de Segurança Nacional”.



Professor Plínio

Vladimir Herzog

Ao final do ato, os presentes saíram em passeata até o início da Avenida Linneu Prestes, no campus da USP, onde realizaram a troca simbólica do nome dessa via, para Avenida Professor Vladimir Herzog. O jornalista Vladimir Herzog foi professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), assassinado em 1975 no DOI-Codi do II Exército. Linneu Prestes, que foi reitor da USP em 1948, enviou a lista completa dos docentes da instituição para o DOPS, para que fossem politicamente classificados.

Após a afixação, nas placas da Avenida, de adesivos com o nome de Herzog, os representantes do Fórum das Seis dirigiram-se à Reitoria, onde entregaram ofício solicitando a alteração. Na mesma ocasião foi protocolada a pauta de reivindicações da data-base 2004.



Homenagem a Vladimir Herzog

Brasil perde Octavio Ianni, intelectual engajado nas causas populares e na luta pela universidade pública

No último dia 4/4, o Brasil sofreu a perda do sociólogo e professor universitário Octavio Ianni, um dos mais atuantes intelectuais do Brasil e da América Latina. Internado desde 29/3 no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, Ianni faleceu aos 77 anos, vítima de câncer. Seu enterro ocorreu no dia 5/4, em Itu. A Adusp foi representada na ocasião pela professora Zilda Iokoi (FFLCH-USP).

Formado pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Ianni era professor da USP quando foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5, em abril de 1969. Apesar disso, como relata o professor João Zanetic (IF-USP), ele continuou seus trabalhos intelectuais sem interrupção: atuou no exterior, e depois na PUC de São Paulo e na Unicamp, onde viria a tornar-se professor emérito. Foi professor *honoris causa* da Universidade Federal do Paraná e da Universidade de Buenos Aires.

Dedicação

Nos últimos anos, mesmo já aposentado, Ianni continuava a lecionar no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. O professor Hector Luis Saint-Pierre (IFCH-Unicamp) destacou, em declaração ao *Informativo Adusp*, a condição de docente extremamente dedicado a seus alunos. “Admiro a atenção que ele dava a qualquer aluno. Para ele, todo aluno tinha a mesma importância. Quantas vezes o vi, depois da aula, atendendo pacientemente alunos que vinham tirar dúvidas”, disse Saint-Pierre, que lembrou também do período em que ainda realizava sua formação, na Argentina: “Já naque-

la época o livro do professor Ianni era nosso livro de cabeceira. Ele formou várias gerações desde a minha. Todo sociólogo latino-americano está sentindo hoje a dor de tê-lo perdido”.

Mesmo doente, o professor Ianni continuou trabalhando e só deixou de participar do ato de 1º/4 na USP, para o qual foi convidado, por já estar hospitalizado. “Foi uma pessoa que lutou por um mundo mais justo e manteve seus valores como um batalhador até o último momento”, acrescentou o professor Saint-Pierre.

“É importante ressaltar que sua perda se deu quando a universidade pública está sob forte ataque neoliberal”, disse ao *Informativo Adusp* o professor Francisco de Oliveira (FFLCH-USP), fazendo referência ao fato de Ianni ter sempre estado à frente da luta pela universidade pública e da crítica ao neoliberalismo. “Tive a honra de trabalhar com ele, compartilhando de suas preocupações e posições no mundo e na universidade, e de privar de sua amizade. Me enriqueceu profundamente”, completou.

Ianni é autor de vasta obra. No grupo liderado pelo professor Florestan Fernandes, abordou inicialmente a questão racial e a estrutura de classes no Brasil. Especializou-se depois na análise do populismo, do imperialismo e mais recentemente tratou da chamada globalização, da qual se mostrou um crítico impiedoso.

Ianni, que condenava severamente a política neoliberal de seu ex-colega de academia Fernando Henrique Cardoso, também se mostrava insatisfeito com o atual governo. Em junho de 2003, ao lado



Octavio Ianni no ato de 10 de junho de 2003 na USP

de outros intelectuais, participou do ato público realizado na USP contra a reforma da Previdência, ocasião em que protestou duramente contra o desmonte do projeto nacional e do estado de bem-estar social: “Mas a triste realidade é que também este governo já se entregou gostosamente às diretrizes, às práticas e à ideologia do neo-liberalismo. O que o governo está semeando é uma tempestade”.

Nota oficial de Lula

Através de nota oficial emitida pelo Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou seu pesar: “A morte do professor Octavio Ianni representa uma grande perda não só para a sociologia brasileira como para a luta em favor da justiça social no país. Ianni deixa

uma obra inspiradora para todos os que se empenham em favor da igualdade racial, da reforma agrária, do desenvolvimento e da soberania do Brasil. Acima de tudo, Octavio Ianni legou um exemplo de coerência e engajamento que orgulha a Universidade Brasileira e ficará sempre em nossa memória.”

O Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), da Unicamp, lamentou a perda do sociólogo: “Octavio Ianni tem um lugar privilegiado no pensamento social brasileiro não apenas pela sua rica e extensa obra sociológica e política. Participando intensa e freqüentemente de debates públicos — fora e dentro dos meios acadêmicos — foi um intransigente defensor da universidade pública brasileira e de uma cultura rigorosamente republicana.

Crítico agudo da ordem capitalista e do imperialismo, jamais mercadejou suas convicções políticas e ideológicas — seja nos tempos sombrios da ditadura militar, seja nas condições socialmente limitadoras da democracia capitalista. De reta integridade pessoal e intelectual, Octavio Ianni foi um cientista social que sempre empenhou sua inteligência e lucidez na luta pela transformação da sociedade e Estado brasileiros.”

“Sempre foi um grande sociólogo, extremamente discreto, cumpridor de seus deveres, absolutamente dedicado aos alunos e sem nunca se deixar contaminar pela única doença profissional da universidade, que é a vaidade”, destacou o professor Geraldo Di Giovanni, do Instituto de Economia da Unicamp.